



Estudos e Pesquisas em Psicologia

ISSN: 1808-4281

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia

Palmieri, Júlia Arruda da Fonseca; Bernardes, Anita Guazzelli
Produzindo Corpos Trans: Cartografia pelo Território Virtual do YouTube em uma Perspectiva Pós-colonial
Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 21, núm. 1, 2021, Janeiro-Abril, pp. 94-115
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia

DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.59371>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451870070006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABEM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Produzindo Corpos Trans: Cartografia pelo Território Virtual do YouTube em uma Perspectiva Pós-colonial

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere*

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1337-4733>

Anita Guazzelli Bernardes**

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4742-6036>

RESUMO

Este artigo investiga a forma como transições de gênero são performadas no território virtual do YouTube mediante a prática de *vlogging*, a partir de uma perspectiva pós-colonial da Psicologia Social e da Saúde, em discussão com autores da filosofia africana. Modos de experimentar o gênero e a sexualidade adquirem novas reinserções com o uso das biotecnologias enquanto possibilidade para construção dos corpos e fabricação de si. A partir da análise das narrativas sobre experiências de transição binária e não binária, discutem-se os jogos entre saúde e acesso implicados no engendramento de políticas do corpo que tornam possível o estabelecimento de relações com a transição de gênero. As experiências de produção de corpos não binários permitiram pensar negociações com os saberes produzidos acerca das transições de gênero no presente. Assim, a pesquisa permite refletir sobre a relação do humano com a experiência da corporeidade, considerando as biotecnologias enquanto parte de um modo de subjetivação característico de nosso tempo histórico.

Palavras-chave: transição de gênero, corpo, mídias sociais.

Producing Trans-bodies: Cartography Through the Virtual Territory of YouTube in a Post-colonial Perspective

ABSTRACT

This paper investigates the way that gender transitions have been performed in the virtual territory of YouTube through the practice of *vlogging*, from a post-colonial perspective of Health and Social Psychology, in discussion with african philosophy authors. Ways of experiencing gender and sexuality have achieved new options with the use of biotechnologies as a possibility of body construction and production of the self. From the narratives analyzed, about experiences of binary and non-binary transition, the paper addresses the games between health and access implied in engendering body policies that enable the establishment of relations with gender transition. The experiences of production of non-binary bodies have

enabled us to think about negotiations with knowledges produced on gender transitions in the present. Hence, the research favors a reflection on the relation between the human and the corporeity experience, by considering the biotechnologies as part of a mode of subjectivation that is typical of our historical time.

Keywords: gender transition, body, social media.

Produciendo Corps Trans: Cartografía por el Territorio Virtual del YouTube en una Perspectiva Postcolonial

RESUMEN

Este artículo investiga cómo las transiciones de género son desempeñadas en el territorio virtual del YouTube mediante la práctica de *vlogging*, desde una perspectiva postcolonial de Psicología Social y de la Salud, en discusión con autores de filosofía africana. Los modos de experimentar el género y la sexualidad adquieren nuevas reinserciones con el uso de las biotecnologías como posibilidad para la construcción de los cuerpos y fabricación de sí. A partir de las narrativas analizadas, sobre experiencias de transición binaria y no binaria, se discuten sobre los juegos entre salud y acceso implicados en el engendramiento de políticas del cuerpo que hacen posible el establecimiento de relaciones con la transición de género. Las experiencias de producción de cuerpos no binarios permitirían pensar negociaciones con los saberes producidos acerca de las transiciones de género en el presente. Así, la investigación permite reflexionar sobre la relación de lo humano con la experiencia de la corporeidad, considerando las biotecnologías como parte de un modo de subjetivación característico de nuestro tiempo histórico.

Palabras clave: transición de género, cuerpo, medios sociales.

Este artigo discute as políticas de subjetivação contemporâneas a partir da relação que o sujeito estabelece consigo mesmo em experiências de transição de gênero, considerando o contato com biotecnologias para modulação e fabricação dos corpos. A pesquisa engaja-se no campo das experiências de transição de gênero, em um percurso cartográfico por territórios virtuais, focalizando o YouTube como dispositivo que permite o compartilhamento e acompanhamento das transições no ciberespaço. Também foram analisadas políticas públicas de saúde direcionadas à população trans, tendo em vista o modo como esses elementos discursivos, enquanto práticas, operam na gestão da vida. Para isso, apoia-se em uma perspectiva pós-colonial da Psicologia Social e da Saúde, ao passo que conversa com a filosofia africana para pensar problemáticas e políticas de subjetivação constituídas de forma situada no Ocidente.

As experiências de transição de gênero vêm adquirindo visibilidade nas últimas décadas no mundo ocidental, provocando reflexões no campo social; destaca-se a emergência de novos elementos para pensar o corpo: as biotecnologias, como intervenções cirúrgicas, produtos estéticos, protéticos e medicações. Os corpos trans oferecem visibilidade às possibilidades de transformações corporais biotecnológicas, retirando-as da dimensão de opacidade e colocando-as como núcleo dramático de suas experiências e de seu itinerário ao tornar-se outra coisa em relação ao que se era. Essa espécie de maleabilidade corporal suscita discussões acerca da materialidade do corpo, na medida em que tensões se estabelecem em relação às novas formas de apreender o corpo e sua naturalidade e outras possibilidades se oferecem aos sujeitos para experimentarem e enunciarem seus corpos além das formas circunscritas no gênero associado ao sexo biológico atribuído ao nascer.

Um dos espaços em que as transições de gênero se evidenciam é nas redes sociais, que passaram a compor o cotidiano dos indivíduos com as transformações tecnológicas nas últimas décadas, produzindo novos modos de relação e enunciação de si. O ciberespaço configura-se como um “conjunto de relações sociais mediadas por fluxos tecnológicos de informação” (Braidotti, 2006, p. 4), e uma de suas modalidades de interação, marcada pela virtualização das práticas sociais, é a prática de *vlogging*, que consiste na interação mediante a postagem de vídeos na internet, em dispositivos virtuais como o YouTube, em que novos elementos compõem as formas de habitar o mundo e de constituir-se.

No território virtual do YouTube é possível compartilhar e acompanhar processos de transição de gênero, de modo contínuo e em uma prática regular. O método cartográfico permite acompanhar processos que se dão nos territórios, considerando linhas heterogêneas que constituem a realidade. Pensar os movimentos de vida no território implica um *ethos* de pesquisa, ou seja, um olhar para a realidade e uma atitude do pesquisador implicada na produção constante de realidade e subjetividades. Portanto, essa perspectiva de pesquisa não pretende representar objetos ou perseguir uma verdade acerca da temática trabalhada, tal como a perspectiva epistemológica, na qual a ciência psicológica veio se apoiando na modernidade. Porém, possibilita ao pensamento analisar percursos e acompanhar o engendramento da realidade, considerando o modo como os fenômenos sociais são performados (Kastrup & Passos, 2009; Mol, 2007).

Tem-se demarcado um vetor de condução das análises empreendidas: pensar, a partir de um território situado, as práticas que encenam as transições de gênero, pois, conforme a filosofia africana permite considerar, não é possível universalizar e generalizar para outras populações experiências que se produzem a partir de pressupostos epistemológicos e culturais

do Ocidente (Oyěwùmí, 2004). Portanto, parte-se de uma realidade localizada para pensar modos de subjetivação relacionados a uma modalidade de experiência, qual seja, transicionar o gênero, que tem como condição a racionalidade biológica de organização das relações sociais.

Tecnologias de si e a fabricação do gênero

Modos de experimentar o gênero e a sexualidade tornam-se possíveis a partir de uma racionalidade biológica para pensar o corpo. No Ocidente, a relação com a corporeidade dá-se por meio de marcadores biológicos, sendo um de seus efeitos a produção da categoria homem/mulher, utilizada para designar posições sociais e formas de relação em sociedade. Esta bio-lógica é tributária do mundo ocidental, conforme explica a filósofa nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2018), ao discutir a colonização de países africanos pela lógica do corpo generificado, o que produziu problemáticas outrora inexistentes relacionadas ao gênero em algumas comunidades. O gênero, possível a partir do dimorfismo anatômico percebido no corpo biológico pela ciência médica, não é um elemento universal, mas derivado desta bio-lógica ocidental. Experimentamos o gênero como produzido em nossos genes, na medida em que nos subjetivamos a partir desta bio-lógica. Com isso, entende-se que outras localidades não necessariamente incorporam este modelo epistemológico e cultural para explicar o corpo.

É principalmente com o desenvolvimento da ciência médica no século XIX que esse modo ocidental de experimentar o gênero e a sexualidade, apoiado em uma racionalidade biológica, ganha densidade (Foucault, 2005). No presente, essas experiências adquirem novas reinserções com o uso das biotecnologias como possibilidade para construção dos corpos e fabricação de si, o que coloca possibilidades outras à existência, desmanchando certos limites do corpo, manipulando condições de existência e tornando o biológico algo que outrora não era. Nessa movimentação da corporeidade, relações e negociações com as biotecnologias começam a aparecer, forjando subjetividades e, portanto, produzindo territórios existenciais.

A considerada "era da biotecnologia" tem início na década de 70, com a ampliação da engenharia genética, fruto da biologia molecular, tendo como um de seus marcos o desenvolvimento de técnicas de recombinação do DNA após a descoberta do código genético como universal entre diferentes espécies (Lima, 2004). Com essa complexificação dos processos genéticos, novos elementos podem compor problemáticas relacionadas à definição de lugares sociais, ao passo que categorias sociais são condicionadas pela bio-lógica no interior da sociedade ocidental, conforme explica Oyěwùmí (2018). Para a autora, há um

aspecto puramente físico que condiciona relações, categorias e hierarquias sociais no Ocidente, produz-se, assim, modos de subjetivação. Destaca-se que generalizar essa experiência do corpo genético e biológico para pensar relações em outras localidades implicaria a colonização de arranjos sociais que se configuram a partir de outros pressupostos epistemológicos e culturais, como na tradição maliana das etnias Fula e Bambara na África. Segundo Amadou Hampaté Bá (1981), nessa tradição, a pessoa é habitada por todos os seres existentes; o corpo físico seria o *maa* e teria como pré-condição a existência cósmica, sendo considerado em relação à natureza, às plantas, aos minerais, ao solo, em uma cosmo percepção de unidade da vida. A corporeidade é experimentada em sua relação com o universo, e não como biologia do corpo individual genético. Essa epistemologia africana permite visualizar que o corpo genético não é universalizável aos diferentes modos de organização social, mas é derivado da bio-lógica ocidental.

A ciência biotecnológica tornou possível o desenvolvimento de uma série de manipulações dos organismos vivos, criando formas de vida que não existiam anteriormente na natureza. Os processos vitais tornam-se passíveis de gerenciamento e programação pelo material genético, ou seja, a massa orgânica passa a ser manipulada tecnologicamente. Para Paul Rabinow (1991), essa transformação no modo de conceber o corpo humano ocidentalizado desdobrar-se-á em novas formas de autoprodução, conduzidas pelas áreas de neurociência, antropologia biológica e genética molecular, trazendo consigo desafios e problemáticas importantes para pensar a forma-humano e sua dissolução.

Parte das biotecnologias utilizadas nas transições de gênero desenvolveu-se com maior intensidade no contexto do pós-guerra nos Estados Unidos, período em que um conjunto de tecnologias protéticas proliferou na indústria de fabricação de membros artificiais para os corpos mutilados da guerra, como descreve Preciado (2014). Isso tornou possível o estabelecimento de uma relação consigo por meio de produtos estéticos e protéticos, medicamentos e cirurgias plásticas.

Com as biotecnologias sendo utilizadas com fins de outras modulações e experimentações do biológico, seu uso entrecruza-se com investimentos biopolíticos de manutenção das categorias binárias do sexo e gênero – tidas como naturais, de acordo com a perspectiva científica hegemônica no Ocidente, pautada na diferença sexual do corpo biológico. Para Butler (2000), as categorias sexuais seriam “parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (p. 154), configurando-se como uma norma pela qual os sujeitos se tornam viáveis, ou seja, são de caráter qualificador para a vida em termos de inteligibilidade social. Nessa esteira, Oyěwùmí (2018) entende que os corpos físicos são

sempre sociais. O corpo não é um dado ontológico, mas torna-se possível a partir de signos corpóreos e investimentos discursivos.

A ciência médica organizou e sobrecodificou o corpo no formato de um organismo regido por uma ordem natural, estabelecendo-lhe normas e limites discursivos (Butler, 2003). Essa bio-lógica (Oyěwùmí, 2018) apoia-se na presença ou ausência de órgãos. A autora realiza uma importante discussão sobre a utilização da categoria “gênero” em estudos acadêmicos no mundo, chamando atenção para sua não universalidade. Para tanto, aborda a forma como a categoria “gênero” foi introduzida na comunidade Yorubá com a colonização, o que passou a oferecer uma forma para as pessoas se pensarem e se relacionarem com seus corpos e hierarquias sociais, pois, anteriormente, o corpo biológico não era organizador das relações sociais. Outros critérios eram utilizados para definir categorias sociais, critérios não generificados, mas relacionados ao parentesco e à idade relativa (Oyěwùmí, 2004), permitindo relações sociais fluídas e passíveis de modificações hierárquicas no decorrer da vida. Esta outra forma de organização social distingue-se da nossa, que se apoia em categorias rígidas associadas aos critérios biológicos, considerados imutáveis. Isso permite levar em conta que falamos em transição de gênero em sociedades nas quais o gênero pautado em diferenças bio-anatômicas funciona como critério de inteligibilidade corporal e organização social. Além disso, possibilita considerar que existem outras formas de organização social e outras maneiras de se relacionar com o corpo. A experiência do corpo generificado é situada e localizada.

Nossa política do corpo cria condições para a produção de experiências de si no que se refere às transições de gênero; isso porque a subjetividade se constitui nas dobras entre os sujeitos e os regimes de verificação instituídos, ou seja, no modo nos relacionamos com discursos, tecnologias e verdades que circulam no campo social. Assim, o corpo é encenado a partir dos elementos que o investem em determinado território e da experiência que se faz de si no contato com eles.

Políticas do Corpo e Saúde: Gestão das Transexualidades

Com base em Foucault (2005; 2016), é possível pensar as relações entre dispositivos tecnológicos enquanto práticas de saber e poder, e a produção de corpos e sujeitos por meio de práticas de objetivação e subjetivação. A transexualidade foi objetivada como uma patologia a partir do discurso psiquiátrico, e práticas heterogêneas passaram a encená-la como

uma categoria nosológica que se faz inteligível a partir de discursos e práticas, produzindo uma espécie de norma em relação ao modo como corpos e performances devem ser.

Supõem-se histórias, experiências e modos de relação com a vida que seriam característicos das pessoas que transicionam o gênero. Isso é observado em materiais, como documentos, protocolos e políticas que instituem práticas a serem operacionalizadas no âmbito dos processos de transexualização (Associação Americana de Psiquiatria, 2014; Brasil, 2008). Nesses materiais, são estabelecidos critérios que condicionam o acesso dessa população aos serviços disponíveis. A relação que os sujeitos estabelecem com discursos e normativas no território existencial dos processos de transição de gênero tem sido discutida por autores brasileiros (Almeida & Murta, 2013; Borba, 2014). Eles apontam um movimento no âmbito dos processos de transição de gênero no SUS, em que os usuários performam feminilidade ou masculinidade de maneira estereotipada, apoiada em parâmetros binários/biológicos, com o intuito de facilitar seu acesso às terapêuticas disponibilizadas nos serviços.

Essas práticas, enquanto elementos discursivos, condicionam os modos de as pessoas se relacionarem com a experiência de transição, funcionando como linhas duras que constituem os processos de subjetivação (Deleuze & Guattari, 1995), na medida em que possibilitam formas de assujeitamento às normas. A partir das pesquisas que Foucault (2016) realiza na década de 1980, focalizando a dimensão ética do cuidado de si, é possível pensar os modos pelos quais o sujeito pode experimentar-se, ou seja, as experiências que pode fazer de si a partir da relação com os regimes de veridicção instituídos, considerando o jogo que se estabelece entre o sujeito e as normas. Isso implica considerar os conjuntos molares, que funcionam com divisões binárias e generalizantes, e que colocam em jogo modos de se relacionar com o corpo (Deleuze & Guattari, 1995).

Os regimes de verdade em relação à transexualidade são iluminados pela Saúde, enquanto dispositivo que faz funcionar normas e enunciados coletivos através de áreas de saber como a Medicina, Psiquiatria e Psicologia. Nos últimos anos, a transexualidade vem sendo enunciada pela mídia, em programas de televisão e nas redes sociais, como uma estrutura ontológica do sujeito. Exemplo disso são algumas matérias exibidas na Rede Globo de televisão, as quais contaram com a participação do médico psiquiatra Alexandre Saadeh (2017a, 2017b), coordenador do Ambulatório de Transtornos de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (HC) em São Paulo. Segundo o médico, em entrevista:

Hoje em dia, sabe-se que existe um cérebro feminino e um masculino, determinado no útero da mãe por hormônios masculinos circulantes. E isso interfere no desenvolvimento cerebral para uma linhagem feminina ou masculina. A cultura e o ambiente também têm importância, mas a determinação é biológica. (Saadeh, 2017a, 2017b)

O psiquiatra explica o modo como a ciência entende o que seria esse fenômeno: “por volta da vigésima semana, se define a área que dá a identidade de gênero” (Saadeh, 2013). Assim, a genitália pode estruturar-se feminina ou masculina, e o sexo cerebral também, feminino ou masculino. Nos casos das pessoas transgênero, o sexo biológico seria estruturado em oposição ao sexo cerebral, ocasionando a não adequação da identidade de gênero em relação ao sexo biológico. Desse modo, a transexualidade é objetivada como uma experiência biológica, uma espécie de desvio da própria natureza em relação às suas normas. Ela seria uma anormalidade possível, que passa a configurar-se como uma estrutura passível de gestão. Seguindo as reflexões de Oyěwùmí (2018, p. 307), “no Ocidente, as explicações biológicas parecem ser especialmente privilegiadas em relação a outras formas de explicar diferenças de gênero, raça ou classe. A diferença é expressa como degeneração”.

Saadeh (2004), em pesquisa sobre o funcionamento do que seria o fenômeno da transexualidade, aborda estudos que buscam determinações biológicas para sua incidência. São estudos que vão desde a busca por alterações genéticas ou cromossômicas nos corpos trans, padrões de lateralização auditiva, tamanho do hipotálamo e número de neurônios em comparação ao de pessoas cisgênero, até a relação da incidência de transexualidade em relação ao número de irmãos. Esses discursos, enquanto práticas, naturalizam as experiências trans como um fenômeno a ser regulado pela Saúde, iluminando-o como uma patologia e modo anormal de funcionamento, tomando-se como referente à dimensão biológica.

Também nessa esteira se dão os investimentos da Saúde Pública voltados à população trans, como o Processo Transexualizador, que, por meio das políticas públicas, regula como o indivíduo deve ser em sua patologia para que seja considerado uma pessoa transexual e, assim, possa acessar as transformações corporais disponibilizadas. O corpo passa a ser território da Saúde; nesse sentido, a população trans é inserida nas políticas a partir de uma estratégia governamental de gestão do biológico, pois seu corpo foge a uma regra funcional, compõe uma conduta de irregularidade, o anormal do corpo (Foucault, 2001). Por isso, é então capturado como alvo de regulamentações, adscrito nas políticas públicas de saúde como forma de controle que circunscreve as linhas de normalidade. Suas conquistas no âmbito da

Saúde no que se refere ao acesso às transformações corporais em função da transição de gênero deram-se na esteira do que as práticas médicas e psicológicas propõem, pautando-se em discursos naturalizantes quanto às identidades de gênero e reafirmando modos normais e anormais de existir. As existências trans são esquadrihadas na busca de um fenômeno transexual, dotado de características sintomatológicas específicas que permitem delinear o que é ser trans e de que modo essa experiência se relaciona com os padrões de gênero instituídos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a Saúde possibilita acesso e reconhecimento a essa população, também torna possível uma reterritorialização dos modos de esse grupo experimentar sua relação com o gênero, que passa a dar-se por um viés regulatório.

Processos de Produção de Si

Buscando compreender experiências de si nos processos da transição de gênero, foram percorridos materiais audiovisuais no território existencial do YouTube, focalizando na prática de *vlogging*, em que há compartilhamento e acompanhamento dos processos de transição de gênero. A análise dos vídeos deu-se no período de junho de 2017 a abril de 2019, com a atenção voltada ao conteúdo das narrativas publicadas e também aos outros elementos que fazem parte da interação nesse território virtual, como comentários e vídeos relacionados.

¹ Entende-se, aqui, território não como uma delimitação geográfica, mas como um espaço-tempo em que, a partir de elementos heterogêneos, torna-se possível a constituição de modalidades de existência e produção de subjetividades. Ao digitar o descritor "transição de gênero" no espaço de busca do YouTube Brasil como procedimento de pesquisa, aparecem vídeos de pessoas trans compartilhando seus processos de transição e discussões sobre a temática. Títulos como "quando a transição está completa?", "minha transição para ficar feminina", "transeducação: minha transição de gênero" e "dicas para o começo da transição" surgem já na primeira página de resultados. A partir da incursão por esses títulos, começa-se a entrar em contato com o território no qual pessoas trans se engajam e experimentam relações que as constituem como sujeitos. ²

Após o contato com os primeiros vídeos sugeridos pela plataforma, focalizou-se nos materiais que apresentavam narrativas de si a partir das experiências de transição de gênero. Foram selecionados nove vídeos (Candy, 2016; Canal Afronática, 2017; CUP, 2018; Holtz, 2017; Nasck, 2019; Queiroz, 2016; Silva, 2017; Thiessita, 2017; Vieira, 2017) para comporem esse texto, os quais apresentavam narrativas sobre o processo de transição de gênero no formato *vlog* e permitiam acompanhar processos (Kastrup & Passos, 2009).

Trechos das narrativas foram dispostos em quatro eixos: 1) relação com o outro, 2) interiorização, 3) passabilidade, 4) biotecnologia. Essa divisão funcionou como estratégia de pensamento para organizar as materialidades na relação com as discussões teóricas apresentadas anteriormente. Os eixos com as narrativas se entrecruzaram na produção das análises a seguir, considerando a produção de formas de relação com o corpo e com o outro a partir da produção biotecnológica de si.

Dentre os materiais audiovisuais analisados, há narrativas que abordam estratégias de cuidado com o corpo: como esconder a barba, informações sobre cirurgias de retirada do pomo de adão, como reduzir os pelos do corpo, o que utilizar para potencializar a hormonização, quantidade de doses de hormônios a serem ministradas, como se tornar mais feminina ou masculino, etc. A troca de experiências sobre como produzir o corpo faz parte da interação dos que buscam forjar um corpo-mulher ou corpo-homem.

É válido destacar que este texto fala de transição de gênero no Brasil, portanto, país historicamente colonizado pela Europa e parte do mundo ocidental, onde o gênero binário/biológico é elemento organizador das relações sociais. Desse modo, as transições de gênero abordadas fazem sentido a partir da forma como os sujeitos que vivem em uma sociedade ocidental se subjetivaram na relação com as categorias de gênero, conforme explicado anteriormente.

Nas narrativas analisadas há menção de como adquirir passabilidade, ou seja, ser lido socialmente como pessoa do gênero feminino ou masculino de acordo com parâmetros de normalidade instituídos, de maneira a não ser facilmente perceptível que houve um processo de modulação do corpo anteriormente, uma vez que se constituir como um corpo circunscrito em parâmetros binários/biológicos possibilita maior aceitação social, ou seja, torna os corpos inteligíveis e habitáveis. Em vídeo intitulado "Pág IV – Primeiros Passos: Guia Básico para a Sua Transição", Holtz (2017), mulher trans, aborda estratégias para esconder os pelos na face, dizendo: “socialmente falando, nessa estrutura que a gente tem, isso não é um traço bem visto entre mulheres”. Ela oferece algumas dicas às mulheres trans em transição: “uma dica boa que eu posso te dar para evitar muitos episódios de transfobia que você provavelmente pode passar: faz a sobancelha, sério”. Também recomenda que se “invista em um tratamento a laser ou de eletrólise”. Em outro canal, Canal Afronática (2016), uma mulher trans relata que, após tirar suas tranças tipo *dread*, foi possível adquirir “uma maior passabilidade, ou seja, ando nas ruas e as pessoas não reconhecem que eu sou uma pessoa trans”.

Assim, um conjunto de estratégias é tecido para expulsar dos corpos trans zonas e formas que borrem sua identificação com um dos gêneros binários, permitindo que os corpos

incorporem feminilidade ou masculinidade para tornarem-se viáveis em sociedades que seguem o sistema binário/biológico de sexo e gênero. Essas estratégias se dão por meio das incursões biotecnológicas, que funcionam como instrumentos de imposição de significados no "eu" biológico e que, mediante ferramentas tecnológicas, remodelam os corpos, possibilitando a instituição de novas interações sociais a partir de seus efeitos (Haraway, 2000).

Os efeitos do hormônio testosterona no corpo dos homens trans auxiliam a tornar possível a construção de um corpo a ser decodificado socialmente como do gênero masculino. Dentre as alterações corporais produzidas, encontram-se a proeminência laríngea (pomo de adão), maior aspereza e oleosidade da pele, redistribuição da gordura corporal, interrupção da menstruação, perda do cabelo, aumento de pelos no corpo etc. São modulações que permitem aos seus corpos serem codificados com maior facilidade pela norma binária homem/mulher, possibilitando a redução dos processos discriminatórios. Isso porque o indivíduo adquire potencial para encaixar-se na matriz de inteligibilidade de gênero, descrita por Butler (2003), com maior intensidade do que antes das incursões farmacológicas, pois o corpo começa a tornar-se menos estranho em relação aos parâmetros sociais de feminilidade e masculinidade.

É importante ressaltar que as experiências de transição de gênero não se dão apenas no interior do sistema binário de gênero. Existem experiências de si além dessas dicotomias, como pessoas não binárias, que se constituem performática e esteticamente fora dos parâmetros de feminilidade ou masculinidade instituídos pelas formas de gênero, podendo fazer uso de intervenções biotecnológicas para tal modulação de si, como será discutido no tópico seguinte. Além disso, não apenas os corpos trans se encontram em situação de fabricação de si com o uso das biotecnologias. Os hormônios utilizados por pessoas trans para adquirir novas modulações ou efeitos corporais, como a testosterona, também são utilizados por pessoas cisgênero, ou seja, que se identificam com o gênero atribuído ao sexo biológico. As mesmas técnicas de supressão hormonal utilizadas por pessoas trans para impedir que o desenvolvimento de caracteres sexuais secundários identificados como masculinos apareçam são utilizados por mulheres cis diagnosticadas com excessiva produção de testosterona que buscam evitar excesso de pelos corporais. Isso evidencia também que a utilização de estratégias biotecnológicas para fabricar-se não se dá somente em transformações dramáticas de um "eu biológico", mas acaba por fazer parte de nossas existências como um modo de subjetivação localizado, em que os limites entre o natural e o artificial se borram (Haraway, 2000), o que permite colocar em análise os próprios determinismos biológicos que, nas sociedades ocidentais, tornam-se referentes a partir dos quais se constituem certas modalidades de existência e performances dos corpos.

Entretanto, cabe assinalar que esses procedimentos, tais como cirurgias de correção de orelhas de abano, correção de características faciais em pessoas com lábio leporino e cirurgias plásticas em pessoas com Síndrome de Down são exemplos de operacionalização das práticas biotecnológicas em função de uma possibilidade de ascensão biológica que não as discrimina, por considerar-se que se trata de uma necessidade biológica, na medida em que “a ideia de que a biologia é destino – ou, melhor, o destino é a biologia – tem sido um marco do pensamento ocidental durante séculos” (Oyěwùmí, 2018, p. 306). O desenvolvimento da engenharia genética ofereceu possibilidade de a materialidade corporal adquirir formas inéditas. A forma-corpo que conhecemos passa a ser apreendida em sua virtualidade, pois se encontra sujeita a atualizações por meio de intervenções biotecnológicas que, de certa forma, operam como uma digitalização da vida, apresentando novas sintaxes corporais (Haraway, 2000).

Novas Composições: Corpos Não Binários

Percorrendo o território existencial do YouTube, também foi possível visualizar, em vídeos, canais e comentários, experiências que não se enquadram nos parâmetros binários de transição de gênero. É o caso do *youtuber* Téhh Queiroz (2016), que, em vídeo sobre tratamento hormonal para corpos não binários, aborda outras formas de relação com as biotecnologias. Apresenta estratégias para adquirir efeitos específicos no corpo, sem transicionar de forma binária:

Algumas pessoas querem remover os seios, mas não querem ter nenhuma característica masculina em nenhuma parte do corpo (...) se você quer ter um rosto feminino, características femininas, porém você quer ter barba no rosto, você não precisa ir atrás do hormônio para conseguir essa característica, porque você vai acabar tendo outras. (Queiroz, 2016)

Téhh Queiroz coloca em questão a possibilidade de utilizar o hormônio testosterona, o produto Minoxidil e procedimentos a laser de forma específica para quem deseja misturar características consideradas femininas e masculinas em seu corpo. “Se você não quer mudar nada no seu rosto, não quer ter barba, mas quer ter um corpo masculino, tem que ir atrás de ciclos de testosterona, ao invés de fazer o tratamento hormonal” (Queiroz, 2016). Para ele, o que deve estar em questão nas transições de gênero é o que o sujeito “realmente quer em seu

corpo”, em vez de enquadrar-se no perfil estético associado com masculinidade ou feminilidade. Alguns comentários nesse vídeo referiam-se às tensões quanto aos aspectos da transição em um corpo não binário, como o seguinte: “Cara, sou não binário e quero começar a hormonização, e isso está me preocupando muito, preciso de ajuda, pois estou uma confusão só”. Outros expressam agradecimento pelo vídeo: “Era tudo o que eu precisava assistir hoje. Obrigado!”; “Noooossa, muito obrigada pelo vídeo. Sou trans não binário, eu precisava muito dessas informações”.

É válido destacar que pessoas não binárias também são trans, pois o termo *trans* se refere à não identificação com o gênero associado ao sexo biológico atribuído no nascimento. Como escrito anteriormente, a relação com as biotecnologias para modulação do gênero tem sido associada pela ciência médica e psicológica às experiências binárias de transição, principalmente à transexualidade enquanto categoria nosológica, o que produz formas de os sujeitos se relacionarem com as biotecnologias. Porém, além de formas de assujeitamento às normas, começam a aparecer negociações e processos de diferenciação em relação ao instituído, como é possível observar em canais voltados às transições de gênero não binárias. É o caso de canais que abordam a relação com biotecnologias para modulação de corpos não binários, como o de Téhh Queiróz, e o de Bryanna Nasck, uma *youtuber* que se identifica como pessoa trans não binária e em seu canal aborda questões diversas relacionadas a essa experiência de gênero. No momento, seu canal possui 113 mil inscritos, e seus vídeos recebem comentários com dúvidas sobre a não binariedade e agradecimentos pelas informações compartilhadas.

Em um de seus vídeos (Nasck, 2019), apresenta caminhos para outras formas de compor o gênero, além do binarismo feminino/masculino, e relata que passou a se pensar como trans não binária após contato com a Teoria Queer, que teria lhe aberto um mundo de possibilidades para estabelecer novas relações com a construção de seu corpo, performance e gênero. “De repente, descobri que eu tenho o poder de descobrir e transformar (...) A minha identidade continuou se moldando, transformando e refinando ao que eu sou hoje, uma mulher não binária”. Nasck (2019) diz como pensa sobre o processo de identificar-se como pessoa trans:

Seria muito fácil a gente chegar no lugar e falar assim: “eu tenho isso, isso, isso e isso, será que é trans? Estou diagnosticada. Tenho trans. Tenho não binário”. Mas não deve ser assim, não é para ser assim. (...) você não é obrigado a se identificar com algo. Você não é obrigado a ser algo. (Nasck, 2019)

Seu canal, assim como de outros *youtubers* – Fernand Motta, Cup, Canal Sorti, Canal das Bee –, parece funcionar como referência para a comunidade LGBTQ+ (Lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e *queer*) no que se refere à não binariedade, entre outras questões de gênero. Os vídeos introduzem e discutem temáticas específicas de forma didática, com o objetivo de informar, apresentar vivências e ampliar formas de compreensão das relações com gênero, corpo e sexualidade no presente. Além de comentários de pessoas LGBTQ+, visualizam-se também os de pessoas cisgênero e heterossexuais, afirmando que assistem ao canal para entender esse universo, romper com preconceitos e pensar diferente. Seguem alguns comentários em resposta a um dos vídeos de Nasck (2019): “Já te falei que você dá uma VERDADEIRA aula?!”; “(...) me descobri melhor e pequenas coisas como pronomes e roupas me deixam confortável e que não sou obrigada a ser da comunidade binária”; “Como sempre, vídeos mais que necessários”; “Eu não sou LGBT, mas eu amo tanto seu canal, quebrei vários preconceitos com seus vídeos”.

Essa relação entre diferentes sujeitos no território existencial do YouTube permite visualizar novas formas e possibilidades de relação com o corpo a partir das narrativas compartilhadas em *vlogs*, produzidas por pessoas que passaram por processos de transição de gênero de maneira não binária e fora de parâmetros médicos e psicológicos instituídos. Dessa maneira, saberes produzidos coletivamente ganham visibilidade mediante a oralidade como forma de produzir e transmitir conhecimento, vivências e informações. Sob a hegemonia da visão nas sociedades ocidentais (Oyěwùmí, 2018), é pela via da escrita que a produção de conhecimento se torna legítima. A oralidade não é situada no mesmo patamar de legitimidade que as materialidades escritas nas sociedades modernas (Hampaté Bá, 2010). Nos *vlogs*, mediante as narrativas orais registradas e compartilhadas no YouTube, conhecimentos, saberes e informações tornam-se referência para pensar o mundo LGBTQ+. Destacam-se os canais Para Tudo de Lorely Fox, Canal das Bee e canal Mandy Candy como referências, pela forma didática com que abordam temáticas heterogêneas sobre essa população. Afirmar essa produção autônoma e coletiva de saberes não significa negar que há uma relação com saberes instituídos e legitimados, mas implica considerar que outras relações com as normas se produzem. Isso possibilita modos de negociação com as formas de modular o corpo a fim de alterar características corporais estéticas e performáticas associadas ao gênero. Na esteira do que entende Butler (2003), isso faz parte das negociações com a gramática normativa do sexo biológico, na medida em que se criam territórios de interrogação de seus efeitos e relocalizações sobre corpo, gênero e sexo.

Produzir outras experiências de construção do corpo permite ultrapassar normas biológicas e sociais instituídas, ampliando formas de relação com a vida. Nesse sentido, os sujeitos situam-se no plano da ética, uma vez que é possível descristalizar regimes de verdade que condicionam formas rígidas de experimentar o corpo. Romper com a organização e significância que instituem modos de experimentar o corpo diz respeito à dimensão plástica dos processos de subjetivação. Salienta-se que essa negociação por meio dos modos de produzir-se funciona como uma resistência micropolítica no campo social. Porém, é válido considerar que isso não diz respeito à liberação de mecanismos repressivos ou a uma resistência colossal (Foucault, 2005), mas tem relação com um jogo, que se dá mediante práticas de liberdade em que sujeitos se relacionam de forma facultativa com as normas.

Conforme discutido anteriormente, as intervenções corporais por intermédio de biotecnologias e outras estratégias de modulação dos corpos dão-se associadas ao modelo binário de transexualidade, sobretudo a partir dos saberes e práticas operacionalizados pela Medicina, Psiquiatria e Psicologia no âmbito dos processos de transição de gênero. Contudo, além dos efeitos desse conjunto de normas, pode-se considerar que elementos no território existencial do YouTube (*vlogging* de pessoas trans, canais LGBTQ+ e formas de interação no ciberespaço) têm produzido outras formas possíveis de relacionar-se com a transição de gênero.

No Canal Sorti (2018), em vídeo sobre a utilização da sigla LGBTQ+, a dupla de *youtubers* explica que escolheu a sigla após um período de pesquisa, que os levou à Teoria Queer. O “Q+” da sigla refere-se ao termo *Queer*, que para eles engloba existências intersexuais, não binárias, trans. Aderir a ele “é a nossa forma de dizer [que] assim estamos acolhendo a todos. Tudo aquilo que você quer ser, nós queremos respeitar e queremos apoiar (...) nossa forma de dizer isso é apoiando a Teoria Queer”. Silva (1999) entende que as epistemologias *Queer* se comprometem com a desnaturalização das identidades binárias e legitimação de sexualidades divergentes, na medida em que problematizam, contestam e questionam formas instituídas de produção de identidades sexuais. Para Reis (2017, p. 17), “é por conta disso que os corpos queer são símbolo da sua própria resistência: são trans, drag queens, ciborgues, etc.” Portanto, além das vivências pessoais, esses *youtubers* têm se apoiado em um conjunto específico de saberes do campo acadêmico denominado Teoria *Queer*.

É interessante que esse apoio se deu a partir de uma escolha facultativa, de forma autônoma, sem intermédio de profissionais de determinada área que têm legitimidade para afirmar um conjunto de verdades. A relação com o próprio corpo ultrapassa a mediação de um

profissional, o qual operaria como *expert* segundo discussão de Gregório Baremlitt (2002). Para o autor, *experts* são figuras cujo discurso sobre determinada população possui legitimidade e efeitos de verdade, mais do que o saber daquela população sobre si própria. Parece haver, na realidade, uma relação autônoma com saberes, tomados como substância ética e de forma facultativa para a condução de si na relação com os outros e com as estratégias de modulação do corpo. Sobre isso, o *youtuber* não binário Cup (2018) entende que “essas pessoas se juntam, percebem que elas têm identidades similares e dão nomes para isso. Nomes que as representam melhor, que as fazem se sentir incluídas, existentes e válidas”.

Visualiza-se a produção de outras formas de transicionar o gênero, que permitem estabelecer relações singulares com as modificações estéticas e biotecnológicas. Outros referenciais são utilizados para compor-se, pois “o corpo humano não necessita ser constituído como tendo gênero, ou ser visto como evidência para classificação social a todo tempo” (Oyěwùmí, 2004, p. 300). As experiências trans não binárias provocam e questionam a universalidade do binarismo de gênero, na medida em que demonstram que ele é apenas mais uma versão possível no corpo. Esses jogos coletivos ganham forma e potência, o que se torna interessante do ponto de vista da produção de Saúde, situando a transição de gênero em um plano de possíveis, de potência de variação (Deleuze, 2002), além de um percurso rígido e predeterminado. Portanto, experiências trans estão além da transexualidade como uma patologia, pois produzem modos diversos de subjetivações e outras experimentações da movimentação do corpo e do gênero, bem como do próprio determinismo biológico, como em vivências de pessoas trans não binárias que não performam feminilidade ou masculinidade de modo dicotômico e de transgêneros que não se enquadram no perfil de transexual verdadeiro.

Considerações Finais

Neste texto, a realidade em sua complexidade e a vida em suas diferenciações são acompanhadas por meio de múltiplas entradas e funcionando por conexões heterogêneas (Kastrup & Passos, 2009). A partir do contato com materiais audiovisuais no território virtual do YouTube, foi possível focalizar a atenção em certas regiões para refletir sobre formas de subjetivação, considerando a relação que o sujeito estabelece consigo mesmo nas experiências de transição de gênero. Nas análises, as biotecnologias aparecem como elemento importante da constituição de si na atualidade, o que permitiu discutir sobre políticas do corpo em relação ao modo de gestão das transições de gênero por áreas de saber e nas Políticas Públicas, em

meio às flexibilizações nos modos de autoprodução. A partir disso, as discussões aproximaram-se dos discursos heterogêneos que performam a transexualidade ao entrarem em contato com experiências não binárias de transição de gênero, assim possibilitando a discussão sobre relações e saberes produzidos no território existencial do YouTube entre pessoas que negociam com as normas de transição de gênero.

A modulação do gênero em nossa atualidade tecnologicamente mediada coloca diferentes desafios e promove tensões no campo social, desestabilizando formas hegemônicas de pensar o humano/corpo, e, ao mesmo tempo, é capturada por novas estratégias biopolíticas de gestão dos corpos. Refletir sobre os jogos entre saúde e acesso que engendram políticas do corpo, tornando possível o estabelecimento de uma relação com a experiência de transicionar o gênero, faz parte de uma dimensão ética das práticas psicológicas no que tange aos modos de atuar com a população trans. Portanto, com o foco nos processos de subjetivação na atualidade, discussões e reflexões foram suscitadas a partir do percurso de pesquisa, tornando possível pensar a vida em suas variações. Pensar, então, a própria Psicologia enquanto um corpo que pode fixar-se às técnicas, mas também se abrir a uma dimensão ético-política de atuação e produção de vida no campo social, é uma discussão que se compromete com a diversidade de formas de subjetivação e modalidades de vida nos territórios.

Referências

- Almeida, G., & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 14(1), 380-407. doi: 10.1590/S1984-64872013000200017
- Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM-V) (5a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Barembliitt, G. (2002). *Compêndio de Análise Institucional* (5a ed.). Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari.
- Borba, R. (2014). *(Des)aprendendo a "ser": Trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador* (Tese de doutorado). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/premios/225086.pdf>
- Braidotti, R. (1994). *Nomadic subjects: Embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory*. New York: Columbia University Press.

- Braidotti, R. (2006). Affirming the affirmative: on nomadic affectivity. *Rhizomes*, 11(1), 1-20. Recuperado de <http://www.rhizomes.net/issue11/braidotti.html>
- Brasil. (2008). *Portaria n. 457/GM, de 19 de agosto de 2008*. Ministério da Saúde: Secretária de Atenção à Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do 'sexo'. In G. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 151-165). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: C. Brasileira.
- Canal Afronática [Gabriela Loran]. (2017, Junho 17). *Como virar trans – Passo a Passo* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=3YuhjeJcmuM>
- Canal Sorti. (2017, Novembro 28). *Porque usamos a sigla LGBTQ+?* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=n5adTXEUy-M>
- Candy, M. [Mandy Candy]. (2016, Novembro 1). *Nem homem nem mulher! Ela é não binário feat Hugo Nasck* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=AjADfQlAtKc>
- CUP (2018, Fevereiro 02). *Como alguém se identifica como Não-binário?* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=xIetsAYuxIA>
- Deleuze, G. (2002). *Espinoso*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, G. (2013). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, M. (1995). *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (2001). *Os Anormais*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Foucault, M. (2005). *A vontade de saber: História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2016). *Subjetividade e verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hampaté Bâ, A. (2010). A tradição viva. In J. Ki-Zerbo (Org.), *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África* (pp. 167-212). Brasília: Unesco.
- Hampaté Bâ, A. (1981). A noção de pessoa na África Negra. Noire. In G., Dieterlen (Org.), *La notion de personne en Afrique Noire* (pp. 181-192). Paris: CNRS.

- Haraway, D. (2000). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In T. Tadeu (Org.), *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano* (pp. 33-118). Belo Horizonte: Autêntica.
- Holtz, R. (2017, Janeiro 14). *Pág. IV - "Primeiros passos: guia básico para sua transição"* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=6QBVW-zREZY>
- Kastrup, V., & Passos, A. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-76). Porto Alegre: Sulina.
- Lima, H. (2004). *Do corpo-máquina ao corpo-informação: O pós-humano como horizonte biotecnológico* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9850>
- Louro, G. (2001). Teoria queer: Uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(12), 541-553. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200012
- Mol, A. (2007). Política ontológica: Algumas ideias e várias perguntas. In J. Nunes & R. Roque (Orgs.), *Objectos impuros: Experiências em estudos sociais da ciência* (pp. 63-75). Porto: Afrontamento.
- Nasck, B. [Bryanna Nasck]. (2019, Abril 09). *Como se descobrir trans não-binário*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=1pEGr3M3idU>
- Organização Mundial da Saúde. (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Oyewùmí, O. (2004). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *CODESRIA Gender Series*, 7(1), 1-8. Recuperado de https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_o_y%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf
- Oyewùmí, O. (2018). Visualizando o corpo: Teorias ocidentais e sujeitos africanos. *Novos Olhares Sociais*, 1(2), 1-43. Recuperado de <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/452>
- Preciado, P. B. (2014). *O Manifesto Contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições.

- Queiroz, T. [Téhh Queiroz]. (2016, Dezembro 09). *Parar com o Tratamento hormonal / Andrógeno / Não binário / FTM* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=pJYxFrTbfuo>
- Rabinow, P. (1991). Artificialidade e ilustração: da Da sociabilidade sociobiologia à bio-sociabilidade. *Novos Estudos*, (31), 79-93. Recuperado de <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/L2D00005.pdf>
- Reis, N. (2017). (Re)invenções dos corpos nas experiências de não-binariedade de gênero. *Letras Escreve*, 7(1), 165-184. doi: 10.18468/letras.2017v7n1.p165-184
- Rolnik, S. (2014). *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina.
- Saadeh, A. (2004). *Transtorno de identidade sexual: um Um estudo psicopatológico de transexualismo feminino e masculino* (Tese de doutorado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-09082005-115642/pt-br.php#:~:text=Transtorno%20de%20identidade%20sexual%3A%20um,psicopatol%C3%B3gico%20de%20transexualismo%20masculino...&text=Esse%20estudo%20prop%C3%B4s%20dse%20avaliar,transexuais%20\(masculinos%20e%20femininos\)](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-09082005-115642/pt-br.php#:~:text=Transtorno%20de%20identidade%20sexual%3A%20um,psicopatol%C3%B3gico%20de%20transexualismo%20masculino...&text=Esse%20estudo%20prop%C3%B4s%20dse%20avaliar,transexuais%20(masculinos%20e%20femininos))
- Saadeh, A. (2013, Março 03). *Transexual pode se descobrir já na primeira infância*. *Globo comunicação e participação S.A. G1, Ciência e Saúde*. Recuperado de <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/03/transexual-pode-se-descobrir-na-primeira-infancia-dizem-especialistas.html>
- Saadeh, A. (2017a, Abril 04). *Dr. Alexandre Saadeh explica sobre crianças que não se reconhecem no corpo em que nasceram*. *Globo comunicação e participação S.A.* [Arquivo de vídeo] Recuperado de <https://globoplay.globo.com/v/5660785/>
- Saadeh, A. (2017b, Março 12). *Quem Sou Eu? conheça Conheça crianças transgênero na estreia da nova série*. *Globo comunicação e participação S.A.* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/quem-sou-eu-conheca-criancas-transgenero-na-estreia-da-nova-serie/5719129/>
- Silva, P. [Preta Siil Silvia]. (2017, Outubro 06). *Os pelos que enlouquecem toda garota trans!* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=shjsNH0ybyw>
- Silva, T. (1999). *Documentos de identidade: uma Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Thiessita, A. [Thiessita]. (2017, Setembro 26). *Como me descobri como mulher trans* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=kzmFaehZZGY>

Vieira, J. [Jake Vieira]. (2017, Agosto 20). *Como saber se você é trans* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=oYH-1R0UP1U>

Endereço para correspondência

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

Avenida Tamandaré, 6000, Jardim Seminário, Campo Grande - MS, Brasil. CEP 79117-010

Endereço eletrônico: juliapalmiere@hotmail.com

Anita Guazzelli Bernardes

Avenida Tamandaré, 6000, Jardim Seminário, Campo Grande - MS, Brasil. CEP 79117-010

Endereço eletrônico: anitabernardes1909@gmail.com

Recebido em: 04/08/2019

Reformulado em: 07/08/2020

Aceito em: 11/08/2020

Notas

* Psicóloga e mestranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco.

** Professora e pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco.

¹ Dada a incipiência de pesquisas científicas no campo virtual, ressalta-se que as informações e dados obtidos no site do YouTube e demais mídias sociais, assim como a identidade das pessoas dos vídeos analisados, são de acesso público nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011; portanto, pesquisas que os utilizem não necessitam passar por avaliação do sistema CEP/CONEP, de acordo com o item II e III no Art. 1º da Resolução nº 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Por informações de acesso público, entendem-se dados encontrados em qualquer meio, formato ou suporte, que não estão sujeitos a qualquer forma de controle de acesso ou segurança, como é o caso de materiais audiovisuais disponíveis nos meios de comunicação, como a internet, viáveis pela tecnologia de informação.

² Destaca-se que, sendo o YouTube uma plataforma digital utilizada como rede social, os filtros de pesquisa e os dados referentes ao volume de materiais difere de bases de dados científicas. Portanto, a investigação considerou a singularidade desse território existencial virtual. Não foi possível identificar a quantidade/volume de material disponível na plataforma a partir do termo de busca “transição de gênero”. Utilizou-se o filtro “relevância” para a ordem de disposição dos materiais encontrados, buscando considerar os vídeos melhor rankeados a partir dos algoritmos do Youtube Brasil.

Financiamento: A pesquisa relatada no manuscrito recebeu financiamento da Bolsa Produtividade do CNPq da segunda autora, nº processo 302483/2018-7 e financiamento da CAPES por meio da bolsa de aperfeiçoamento pessoal de Mestrado da primeira autora.

Agradecimentos: Agradecemos ao CNPq e à CAPES pelo financiamento à pesquisa.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.